

ATA nº. 206 Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis (30/11/2016), às treze horas reuniram-se nas dependências do Centro Educacional Jovens e Adultos Marechal Rondon, sito a Rua Itararé nº.1640 - Centro os membros do Conselho Municipal de Saúde em uma reunião extraordinária com a seguinte pauta: Apresentação do prefeito eleito e secretário municipal de saúde; Explicação sobre a demanda que o Conselho Municipal de Saúde encaminhou ao Ministério da Saúde e Apresentação do parecer da Comissão de Análise do Relatório de Gestão da Saúde, referente ao ano de 2015. A presidente do Conselho Suely Cristina Castro da Silva de Moraes agradeceu a presença dos conselheiros e convidados, também justificou que no convite para a reunião foi digitado reunião ordinária, contudo a reunião é extraordinária, deu prosseguimento na reunião justificando a ausência do prefeito eleito, pois o mesmo precisou ir à Cuiabá. Em seguida, Suely destaca que de acordo com a sessão que aprovou as contas da administração do prefeito Ademir Gaspar de Lima referente ao ano de 2015 foi dito que o Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público Estadual emitiu parecer favorável à aprovação das contas referente ao ano de 2015, porém foram realizados apontamentos referentes aos indicadores da saúde e educação e que os vereadores deveriam observar este item para a aprovação das contas e que os vereadores aprovaram as contas, com exceção dos vereadores Adnan Alli Ahmad e Abdujabar Galvin Mohamed, contudo a decisão do Conselho Municipal de Saúde independe destes pareceres, pois além de ser um órgão soberano e deliberativo, analisa apenas as questões relacionadas à saúde. A conselheira Mirna Aparecida Thomé Monte também mencionou a votação da aprovação das contas de 2015 pelos vereadores na sessão no dia anterior, onde o vereador Adnan citou que o tribunal de contas avalia números, enquanto os vereadores deveriam avaliar a realidade, as condições encontradas nos órgãos e ouvindo a população. Em seguida, foi iniciada a leitura do relatório pela presidente do Conselho, também eleita como relatora da comissão de avaliação do Relatório Anual de Gestão da Saúde, referente ao ano de 2015, relatório este elaborado pela comissão formada pelos seguintes conselheiros: Aldenir Silva Santos, Alderi Ferreira de Moraes, Renata Sousa Lima, Mirna Aparecida Thomé Monte, Mauro José Ramos, Gerson Rodrigues de Souza, Maria Helena de Almeida, Rosângela Ribeiro Ramalho Lopes, Pedro Soares Neto e Suely Cristina Castro da Silva de Moraes. A relatora e presidente do Conselho Municipal de Saúde demonstrou os valores empenhados, liquidados e pagos que estão disponíveis no portal da transparência da prefeitura de Jaciara dispostos em blocos: da atenção básica, assistência farmacêutica, média e alta complexidade, vigilância e saúde, explicando que os valores que estão liquidados estão autorizados para que seja realizado o pagamento. Foi demonstrado também as receitas obtidas pela união e estado para investimento na saúde do município. Neste momento, o futuro secretário de saúde Audimar Rocha se fez presente na reunião, se apresentou, ressaltou a importância do gestor de tomar decisões em conjunto com o conselho municipal de saúde, se colocou a disposição para ouvir o conselho e também para participar da apresentação do relatório feito pela comissão. O conselheiro Gerson solicita que o futuro secretário tenha controle sobre os abastecimentos dos veículos da saúde, desenvolvendo uma forma para que isso ocorra, o que hoje é feito pela secretaria de obras. Audimar afirma que o prefeito eleito está focado para resolver esses problemas e investir na atenção básica, minimizando os gastos com média e alta complexidade. O conselheiro Pedro Soares solicita que os balancetes da saúde sejam enviados para a apreciação do conselho em um curto prazo, por exemplo, mensal. Suely retoma a leitura do relatório elaborado pela comissão. Ressalta que todas as informações que envolvem o setor saúde foram retiradas de consultas públicas aos sites e Relatório de Gestão enviado ao Conselho, falou que os gastos e demais informações referente ao exercício analisado são alimentados nos diversos programas da saúde existentes e depois são puxados para o sistema SARGSUS, que é a ferramenta do Ministério da Saúde para auxílio na elaboração do RAG, assim que a gestão finaliza o relatório envia para o Conselho para apreciação e aprovação ou não. Informou ainda que a gestão tem o prazo de até 30 de março do ano subsequente a gestão a ser analisada para finalizar o RAG e enviar ao conselho de saúde, porém devido ao atraso no envio dos dados ao conselho e dificuldade no entendimento pela falta de explicações por parte da gestão nos relatórios contábeis, que diga se de passagem foi solicitada em reunião plenária para o Prefeito Ademir Gaspar de Lima e o auxílio não foi disponibilizado. Relata que o percentual aplicado em saúde, segundo o

relatório de 2015, foi de 25,35%. Que para a análise do RAG é necessário observar a Lei Complementar 141/2012, observando que nem sempre o valor aplicado é gasto de forma legalizada com saúde, ou seja, a quantidade nem sempre é sinônimo de qualidade, lembrando que o mínimo constitucional que deve ser aplicado em saúde é de 15%. Registra-se a presença do secretário municipal de saúde em exercício, Fábio de Gardin de Almeida. O Conselheiro Alderi Ferreira de Moraes observa que em alguns empenhos de abastecimentos pela secretaria de saúde, encontra-se uma Moto Honda placa JZH3606 que está cadastrada no município de Primavera do Leste, porém é abastecida pelo município de Jaciara, o qual o conselho não tem conhecimento e tal veículo não consta na relação de patrimônio, que foi emitida pela Prefeitura de Jaciara. Alguns conselheiros fizeram apontamentos quanto a qualidade das obras dos PSFs, bem como a demasiada demora na entrega. Com relação a confecção de próteses dentárias em 2015, Suely diz que se o município tivesse investido no laboratório de prótese, não tinha tido a necessidade de contratação de serviços, estes poderiam ter sido feitos por meio de licitação única, gerando um customenor para o município. Foi dito ainda que há divergências entre Portal da Transparência e informações do SIOPS, o que fez parecer que a Atenção Básica teve um gasto/investimento maior do que o real, como também há divergências em outros blocos. Fábio Gardin disse perguntou se no caso de falta de informações nos sistemas o funcionário responsável é responsabilizado? Suely disse que depende da situação, porque em alguns sistemas de informação a empresa privado ou os setores geradores da informação devem apresentar ao Sistema Central de Informação da Secretaria de Saúde, que neste caso o gestor tem que acompanhar de quem é a responsabilidade, se acaso for constatada má fé o funcionário poderá ser penalizado, pois tanto gestores como funcionários devem seguir os princípios da Administração Pública. Após a leitura do relatório e detalhamento de todos os itens, abre-se um período de discussão entre os conselheiros. O secretário de saúde em exercício, Fábio Gardin pergunta qual é a implicação que terá, caso o conselho reprove o relatório anual de gestão de 2015, a presidente Suely afirma que, como o relatório já foi aprovado pelo Tribunal de Contas, Ministério Público e Câmara de Vereadores, caso seja reprovado pelo Conselho, gerará uma observação para os órgãos de controle. O conselheiro Alderi disse que o Tribunal de Contas adota a postura de analisar números que ele não fica enfatizando “olha...presta atenção você está errando...”, que o Tribunal de Contas faz o seu papel e que os vereadores e conselheiros devem avaliar a gestão. Fábio Gardin diz que os vereadores votam em cima do que vem de Parecer do Tribunal de Contas e Ministério Público e que ele mesmo renunciou o cargo de vereador porque vereador não faz nada, disse ainda que no caso de abastecimento de veículos pode acontecer, que ele não está afirmando que aconteceu nos casos apresentados no relatório, mas que algumas vezes a administração não tem o carro para levar o paciente e acaba abastecendo o carro do cidadão, ou no caso de cursos para funcionários também pode ocorrer de abastecer o carro próprio com combustível da prefeitura e que isso não é registrado na placa particular. Neste momento houve várias colocações dos conselheiros, de que as coisas devem ser feitas de acordo com a legalidade. O Conselheiro Pedro Soares fez observações de que falta transparência em algumas informações como, por exemplo, indenizações e restituições que aparecem várias vezes no relatório contábil e que também o conselho pede informações e essas não são explicadas e que isso ocorreu em anos anteriores o que gerou ressalvas em outros exercícios. Neste momento o parecer da Comissão de Análise do Relatório de Gestão da Saúde é colocado em votação. Por unanimidade, o conselho municipal de saúde aprova o Parecer da Comissão ao qual reprovava o Relatório de Gestão de Saúde referente o exercício de 2015. O Secretário de Saúde disse Fábio Gardin chamou o Fiscal Sanitário Fábio Ferreira Santos para desinterditar a Farmácia Básica Municipal, Fábio disse que não poderia porque a situação da farmacêutica atual é irregular, Fábio Gardin disse que irá notificar o Conselho de Saúde e Vigilância Sanitária, se acaso morrer alguém, neste momento houve uma discussão generalizada, onde o conselheiro Alderi frizou que a administração não consultou o conselho quando demitiu a farmacêutica e que várias técnicos da Secretaria de Saúde disse que não poderia demiti-la por conta da Responsabilidade Técnica, mas a gestão não ouviu e que agora quer transferir responsabilidade para Conselho e Vigilância, Fábio disse que iria atrás de outra farmacêutica para resolver a situação. A Conselheira Ivone Ferreira perguntou como ficará a situação de atendimento no PSF

1, pois a médica está atendendo só meio período, Fábio Gardin disse que não estava sabendo disso e que já tinha conversado com a médica e que tinha ficado acordado de que ela continuaria a atender normalmente, mas que iria averiguar a situação, disse ainda que autorizou alguns cortes em adicionais de pagamento como por exemplo, médico que trabalha no PSF e sai para fazer plantão no hospital não receberá pelos 2 serviços, pois está prestando seu serviço em um local apenas. Nada mais a tratar dou por encerrada a reunião e a ATA vai por mim assinada e pelos demais presentes. Patrícia Ferreira Rodrigues. Encerra-se a reunião às 16 horas e 20 minutos. Paula Eleonora Lima da Silva, Gerson Rodrigues de Souza, Geni Luiza Gomes, Mirna Aparecida Thomé Monte, Maria Helena de Almeida, Renata Sousa Lima, Alderi Ferreira de Moraes, Aldenir Silva Santos, Ivone Ferreira de Souza, Fábio Ferreira de Souza, Valquíria Amaral da Silva Moura, Alays Fernanda de Miranda, Rosangela Ribeiro Ramalho Lopes, Bruna Rafaela Fontanelli, Fátima Rozane Oleiniczack, Pedro Rodrigues Torres, Rosilene Ferreira Mendes, Audimar Rocha Santos, Lúcia Antônia Melquíades, Isaías Gomes de Souza, Pedro Soares Neto, Mauro José Ramos, Fábio Gardin de Almeida, Geraldo Anacleto pinheiro e Sandra Santos Silva.